



## Interesse Social

Seminário Estadual debate sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e políticas de desenvolvimento urbano.

PÁGINA 6



## Foco dos debates

Meios de melhorar a situação financeira dos municípios foi o principal assunto discutido durante a Assembleia Geral da FECAM, que contou com a presença de prefeitos de várias regiões do estado.

PÁGINA 4

### PARCERIAS

FECAM, Associações de Municípios e FIESC estiveram reunidas, em Florianópolis, para estreitar o relacionamento entre as entidades.

PÁGINA 8

### COOPERAÇÃO TÉCNICA

CIGA assina Acordo de Cooperação Técnica com o SERPRO para melhorar ainda mais a tecnologia ofertada aos municípios catarinenses.

PÁGINA 6

### SANEAMENTO AMBIENTAL

Meio Ambiente, saneamento básico, regulação e fiscalização foram temas debatidos no Seminário Estadual de Saneamento Ambiental.

PÁGINA 7

### PLANOS MUNICIPAIS

Com prazo encerrado em 31 de outubro, os Planos de Assistência Social são finalizados pela EGEM e entregues à Secretaria Estadual de Assistência Social.

PÁGINA 3

Foto Carlos Pereira



**Expediente**

**Supervisão:** Celso Vedana  
Alexandre Alves

**Edição:** Leticia Póvoas  
Sandra Domit

**Editoração:** Victor Gote

**Distribuição gratuita e dirigida**



Federação Catarinense de  
Municípios - FECAM

Rua Santos Saraiva, nº 1.546  
Estreito - Florianópolis - SC

Cep 88070-101

Fone / Fax: (48) 3221 8800

imprensa@fecam.org.br

www.fecam.org.br

**Entidades Coligadas**



www.egem.org.br



www.aris.sc.gov.br



www.ciga.sc.gov.br

■ **POR MUNICÍPIOS FORTES**

Nos últimos anos, o equilíbrio financeiro dos municípios tem sido abalado por uma série de fatores que afetam diretamente as contas municipais. De um lado, a política de desoneração de impostos praticada pela União e pelo Estado aquece a economia, por outro, afeta consideravelmente o cofre das prefeituras. Isso porque a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, puxa para baixo as receitas municipais oriundas das transferências constitucionais - uma vez que o imposto compõe a base de cálculo para o Fundo de Participação dos Municípios. Apenas em 2013, a desoneração sobre o IPI já custou aos cofres municipais catarinenses cerca de R\$ 60 milhões. Já em relação à renúncia da Cide-Combustíveis o custo para os municípios foi de aproximadamente R\$ 20 milhões. Também o Estado quando concede benefícios tributários, desonerando ICMS, afeta a receita da cota-parte municipal.

Ao passo que o poder de investimento dos municípios vem caindo, as obrigações aumentam. O município é o único que executa efetivamente as políticas públicas. Até 1988, era responsabilidade dos municípios gerenciar o transporte público urbano, o ensino primário, a saúde preventiva, o uso do solo urbano e a conservação do patrimônio histórico e cultural. Com a nova Constituição, os municípios receberam maiores atribuições e passaram a controlar ainda a saúde, a educação fundamental e pré-escola, o trânsito e assistência social, além de outras áreas de forma compartilhada como o meio ambiente, agricultura, habitação, saneamento e outros.

Neste quadro, a revisão e distribuição mais justa das receitas tributárias se torna uma necessidade urgente para que o ente federado mais próximo da população - o município - não seja inviabilizado de prestar serviços de qualidade. É também preciso compreender os prefeitos como legítimos representantes da comunidade, e como tal, que sejam dotados de maiores possibilidades para efetivar a gestão municipal.

Nas três décadas de atuação da FECAM, a entidade encabeça a luta por uma partilha mais igualitária e pelo fortalecimento dos municípios, o que pode ser confirmado nas ações dos últimos meses. Setembro foi um mês de conquistas nesse sentido: a PEC 85/2013 enviada pela Federação para que 10% da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sejam destinadas aos municípios, foi aprovada na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Também em setembro, os municípios receberam do governo federal a primeira parcela do auxílio financeiro conquistado pelo movimento municipalista durante a Marcha a Brasília, em maio.

A melhoria da qualidade de vida da população passa pelo fortalecimento, pelas conquistas do movimento municipalista e pelo trabalho desenvolvido por cada gestor municipal.

**Pedro Celso Zuchi**  
Prefeito de Gaspar  
Presidente da FECAM

■ **CONSELHO POLÍTICO DA FECAM**

**Conselho Executivo**

Presidente	Pedro Celso Zuchi - Prefeito de Gaspar (AMMVI)
1º Vice-presidente	Hugo Lembeck - Prefeito de Taió (AMAVI)
2º Vice-presidente	José Claudio Caramori - Prefeito de Chapecó (AMOSC)
3º Vice-presidente	José Castelo Deschamps - Prefeito de Biguaçu (GRANFPOLIS)
1ª Secretária	Rosimar Maldaner - Prefeita de Maravilha (AMERIOS)
2ª Secretária	Laci Grigolo - Prefeita de Seara (AMAUC)

**Conselho Fiscal Titulares**

AMVALI	Mario Fernando Reinke - Prefeito de Massaranduba
AMARP	Alcir José Bodanese - Prefeito de Rio da Antas
AMPLANORTE	Elói José Quege - Prefeito de Três Barras
AMURES	Vânio Foster - Prefeito de Correia Pinto
AMUREL	Jorge Leonardo Nesi - Prefeito de Gravatal
AMUNESC	João Pedro Woitexem - Prefeito de Araquari
AMAI	Alcimar de Oliveira - Prefeito de São Domingos
AMMOC	Hilário Chiamolera - Prefeito de Lacerdópolis

**Conselho Fiscal Suplentes**

AMESC	Jonnei Zanette - Prefeito de Meleiro
AMFRI	Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito de Penha
AMURC	Sisi Blind - Prefeita de São Cristóvão do Sul
AMPLASC	Lucimar Antônio Salmória - Prefeito de Abdon Batista
AMREC	Marco Antônio Bertocini Cascaes - Prefeito de Orleans
AMEOSC	Lenoir da Rocha - Prefeito de Mondai
AMNOROESTE	Eli Mariott - Prefeito de Novo Horizonte

**Conselho Deliberativo** Presidentes das Associações de Municípios

Presidente AMAI	Edegar Giordani - Prefeito de Faxinal Dos Guedes
Presidente AMARP	Emerson Zanella - Prefeito de Macieira
Presidente AMAUC	João Girardi - Prefeito de Concórdia
Presidente AMAVI	Hugo Lembeck - Prefeito de Taió
Presidente AMEOSC	Hélio José Daltoé - Prefeito de Descanso
Presidente AMERIOS	Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito de Palmitos
Presidente AMESC	Ronaldo Carlessi - Prefeito de Turvo
Presidente AMFRI	Leonel José Martins - Prefeito de Balneário Piçarras
Presidente AMMOC	Nelson Guindani - Prefeito de Herval D' Oeste
Presidente AMMVI	Laercio Demerval Schuster Junior - Prefeito de Timbó
Presidente AMNOROESTE	Ivo Jose Ludwig - Prefeito de São Bernardino
Presidente AMOSC	Alceu Mazzioni - Prefeito de Cordilheira Alta
Presidente AMPLANORTE	Roberto Agenor Scholze - Prefeito de Mafra
Presidente AMPLASC	Paulo José Francescki - Prefeito de Zortéa
Presidente AMREC	Vanderlei Alexandre - Prefeito de Forquilha
Presidente AMUNESC	João Pedro Woitexem - Prefeito de Araquari
Presidente AMURC	Sisi Blind - Prefeita de São Cristóvão do Sul
Presidente AMUREL	Everaldo dos Santos - Prefeito de Laguna
Presidente AMURES	Edilson José de Souza - Prefeito de Campo Belo do Sul
Presidente AMVALI	Dieter Janssen - Prefeito de Jaraguá do Sul
Presidente GRANFPOLIS	Cesar Souza Júnior - Prefeito de Florianópolis

# EGEM entrega Planos de Assistência Social e diagnóstico do Plano de Resíduos Sólidos

## Assistência Social

O prazo de envio à Secretaria de Estado de Assistência Social dos Planos Municipais de Assistência Social encerrou no dia 31 de outubro. A EGEM firmou parceria com a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC para elaborar os Planos Municipais de Assistência Social dos 13 municípios da região - Erval Velho, Herval d'Oeste, Capinzal, Lacerdópolis, Treze Tílias, Ibicaré, Tangará, Luzerna, Catanduvas, Vargem Bonita, Água Doce - assim como também do município de Pinheiro Preto, da AMARP. Todos já entregues ao Estado.

O plano é um instrumento para a implantação e funcionamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nos municípios, pois define objetivos, prioridades, metas e ações, permitindo a articulação antecipada de resultados e garantindo proteção social. Para a elaboração destes documentos foram realizadas audiências públicas nos dias 14, 15, 16, 24 e 25 de outubro, nos municípios da região da AMMOC, com a participação de usuários da Assistência Social, trabalhadores do SUAS,



>> Audiências Públicas para aprovação dos Planos de Assistência Social

vereadores e prefeitos. As audiências públicas são espaços de divulgação e publicitação das ações a serem desenvolvidas pelo município na área de Assistência Social no período temporal de quatro anos.

“A oportunidade e a credibilidade dada pelos municípios a EGEM para elaboração destes planos municipais, possibilitaram ter um diagnóstico da

organização da política de Assistência Social na região da AMMOC. Com certeza, esse diagnóstico será a direção para as capacitações e assessorias em 2014, buscando a implantação e implementação do SUAS, considerando as condições dos municípios catarinenses”, afirma Janice Merigo, assistente social da FECAM, a qual a EGEM é entidade coligada.

## Meio Ambiente

Ainda em outubro, no dia 29, a EGEM entregou também o diagnóstico dos Planos Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PIGIRS dos sete municípios da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI. A elaboração dos planos está sendo feita pela EGEM por meio de um convênio firmado com a Associação. O diagnóstico é a primeira etapa do plano.

Com base nas informações diagnosticadas serão elaborados os prognósticos para os serviços que compõem o estudo e estruturado um planejamento estratégico seguido da definição dos programas, projetos e ações necessárias e possíveis, bem como proposto um plano de ação escalonado com cronograma físico e financeiro. O PIGIRS buscará atender, em todas as suas fases de elaboração, as exigências do conteúdo mínimo estabelecido no artigo 19, da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como os interesses das prefeituras municipais e da sociedade local, assegurando melhorias no serviço de manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana, conferindo melhores condições ambientais à população.



>> Os diagnósticos foram entregues à AMVALI que repassará o documento aos municípios

Ainda no dia 29, foi realizada uma sessão pública objetivando o recebimento de estudos ou projetos de viabilidade técnica, ambiental e econômico-financeira para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos, visando subsidiar a elaboração do PIGIRS.

### PIGIRS

Para a elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PIGIRS é importante o conhecimento prévio de alguns conceitos

inerentes ao tema e da abrangência normativa, operacional, financeira e de planejamento que este instrumento de gestão deve alcançar. O PIGIRS é composto essencialmente do diagnóstico, prognóstico e planejamento dos componentes que integram o gerenciamento de resíduos sólidos, em sua geração, segregação, coleta, acondicionamento, transporte e forma de tratamento e disposição final, com o intuito de garantir um meio ambiente sadio e assegurar a qualidade da saúde pública.

# Prefeitos debatem sobre a situação financeira dos municípios

## Tema foi foco da Assembleia Extraordinária da FECAM

A concentração das receitas pela União e o aumento das competências assumidas pelos municípios foram o foco dos debates da Assembleia Geral Extraordinária promovida pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM no dia 24 de outubro, no auditório da CELESC, em Florianópolis.

O encontro reuniu uma centena de prefeitos que se manifestaram a respeito da situação financeira. Além da perda da arrecadação real de receitas, principalmente por conta da desoneração da CIDE, IPI e Imposto sobre Exportação, houve um acréscimo das despesas com a manutenção de programas, ações, obras e atividades das administrações municipais e, também com a celebração de convênios que implicam no aporte de contrapartidas e de auxílios na manutenção de serviços de competência das esferas federal e estadual. Entre 2011 e



>> Cerca de 100 prefeitos participaram dos debates

2012 houve um decréscimo real de transferências do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de 3,22%. Apenas 19 municípios tiveram acréscimo.

“A grande desigualdade na divisão do bolo tributário nacional entre União, Estados

e Municípios e o aumento do número de serviços assumidos pelas administrações municipais têm causado esse desequilíbrio financeiro nas contas das prefeituras”, disse o 1º vice-presidente da FECAM e prefeito de Taió, Hugo Lembeck, que presidiu a Assembleia.

### ▪ Situação financeira

A quantidade de programas cresce a cada ano, uma vez que o governo central valoriza a criação de inúmeras políticas sociais, porém a transferência de recursos é insuficiente para a execução dos programas de governo pelos municípios. Essa prática de municipalização de políticas públicas acarreta a necessidade de ampliação da estrutura física e de recursos humanos para atendimento a população, implicando em aumento da despesa pública municipal.

Além disso, os repasses provenientes do governo federal aos municípios para execução dos programas são insuficientes e menores do que o custo efetivo do projeto, onerando também os cofres públicos municipais para colocar em prática programas e projetos criados pela União. Com exceção das atribuições do governo central na regulação da economia, na manutenção da segurança nacional e da soberania do estado brasileiro, todas as demais atribuições estatais em favor da população brasileira estão gradativamente sendo transferidas aos municípios.

A mesma prática é executada pelo governo estadual, quando transfere aos municípios responsabilidades de sua competência e não repassa os recursos financeiros sequer para o custeio destes programas e serviços. Estudo feito pela FECAM revelou que os municípios são

coagidos a celebrar convênios para repasses de auxílios financeiros ou recursos humanos para manutenção de escritórios técnicos da Epagri, Fatma, Polícia Civil e Militar (auxílio combustível), poder judiciário e eleitoral (Casas da Cidadania e Mediação), complementação do transporte de alunos da rede estadual, alimentação escolar, programas Estratégia de Saúde da Família, CRAS, entre outros, que exigem contrapartidas em programas e obras públicas. O levantamento aponta que 254 municípios tiveram aumento real de 10,86% nas despesas entre 2011 e 2012.

**Associações de Municípios** - O tema também vem sendo discutido pelas 21 Associações Microrregionais de Municípios. Os prefeitos da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, por exemplo, já anunciaram um pacote de contenção de gastos, pois segundo eles, já “acendeu a luz laranja” nas administrações municipais. Conforme a entidade, o desequilíbrio financeiro dos municípios decorre, principalmente, das obrigações federais e estaduais como contrapartidas. São instituições como Samu, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Conselho Tutelar, Cidasc e apoio ao funcionamento dos órgãos judiciais que acabam incidindo na folha das

prefeituras. “Nesses casos as prefeituras tem de complementar as despesas e vai comprometendo a receita”, lamenta o prefeito de Correia Pinto e vice-presidente da AMURES, Vânio Forster, por exemplo.

Da mesma forma, os prefeitos da Associação dos Municípios da Região do Contestado - AMURC informaram que já estão cortando gastos, retirando investimentos de capital e reduzindo despesas de custeio dos municípios em serviços diretos à população. Destacam que a grande causa desse problema é a enorme concentração de recursos nas mãos da União, que hoje fica com cerca de 61% do bolo tributário.



>> Prefeito de Capivari de Baixo, Moacir Rabelo da Silva

## ■ Precatórios

O ofício enviado aos prefeitos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, há cerca de dois meses, também é motivo de preocupação dos gestores e foi debatido na Assembleia Geral. No documento, o TJ/SC determina que as prefeituras incluam no orçamento do próximo ano previsão de pagamento de todos os precatórios devidos pelo município. Porém, tem casos de municípios que o valor da dívida chega a 40% do orçamento, ficando totalmente inviável o pagamento em apenas uma parcela. Por conta disso, a FECAM entrou com mandado de segurança contra a decisão e recebeu com surpresa a negativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para que fosse mantida a mesma sistemática de parcelamento para o pagamento das dívidas dos precatórios municipais enquanto o Supremo Tribunal Federal - STF não modular os efeitos da decisão que julgou inconstitucional o parcelamento da dívida dos precatórios em 15 anos.

O STF ainda não deliberou a partir de quando vigorará a decisão, mas retomou o julgamento dos precatórios no dia 24 de outubro. O voto do ministro relator Luiz Fuz propôs que o regime especial de precatórios

fosse prorrogado por mais cinco anos, até final de 2018 e que depois desta data deve ser aplicado imediatamente o artigo 100, da Constituição Federal, que prevê a possibilidade de sequestro de verbas públicas para a satisfação do débito quando não ocorrer a dotação orçamentária. Embora o julgamento não tenha sido concluído, pois o ministro Roberto Barroso pediu vista ao processo já que não havia participado da votação que declarou a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 62/2009. Caso a

votação siga o parecer do relator, torna-se sem efeito o ofício encaminhado aos prefeitos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

### Regime especial de precatórios

O Regime especial foi instituído pela Emenda Constitucional nº 62 e consiste na adoção de sistema de parcelamento da dívida em 15 anos. A Emenda foi considerada parcialmente inconstitucional pelo STF em março deste ano, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4357 e 4425.



>> Quitação de precatórios em parcela única também foi tema levantado durante a Assembleia

## ■ Fundeb



>> Além da situação financeira, municípios debateram temas como Fundeb e precatórios

Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, que atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio, também foi assunto da pauta. A FECAM propôs que o governo do estado promova a retenção e o repasse dos valores correspondentes a 20% da arrecadação dos fundos estaduais (FADESC, Fundo Social, Fundos de Cultura, Esporte e Turismo) ao Fundeb, conforme vem sendo determinado nos últimos meses pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, em ações judiciais de diversos

municípios catarinenses.

O repasse desses recursos do Fundeb é uma medida que inibirá a propositura de novas ações contra o estado pelos municípios, preocupação da FECAM, já que estas ações além de causarem transtornos ao governo acabam dando morosidade e dispersão de esforços em outros projetos de maior importância aos governos do estado e municípios. "A FECAM vê nesta decisão administrativa a alternativa mais adequada, a exemplo do acordo administrativo celebrado em 2010, em relação ao Prodec", disse 1º vice-presidente da FECAM, Hugo Lembeck.

## ■ FECAM e JUCESC

Durante a Assembleia, a FECAM e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC firmaram convênio de parceria com o objetivo de implantar um sistema que irá facilitar a abertura de empresas e liberação de alvarás, em todo o estado, promovendo a integração dos processos de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

A equipe da FECAM visitará as Associações de Municípios a fim de capacitar e realizar diagnósticos para implementação

do sistema. A nova versão do Regin significa uma mudança de rotina da tramitação de processos necessários para abertura de empresas e concessão de alvarás, no qual a prefeitura, corpo de bombeiros, vigilância sanitária e JUCESC estarão integrados em uma mesma rotina, possibilitando assim a concessão quase automática do alvará, dependendo do grau de risco do empreendimento. Um projeto piloto será inaugurado em Jaraguá do Sul.



>> 1º vice-presidente da FECAM e prefeito de Taió, Hugo Lembeck e presidente da Jucesc, Fabrício Oliveira

## Seminário de Habitação de Interesse Social debate a política municipal de habitação popular



>> Representantes de várias regiões do estado estiveram em Florianópolis para o evento

No dia 29 de outubro ocorreu o 3º Seminário Estadual de Habitação de Interesse Social. O encontro foi realizado em Florianópolis e teve por objetivo propiciar às administrações catarinenses, conhecimento acerca do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, dos Planos Municipais de Habitação, dos Conselhos Municipais e dos

Fundos Municipais, assim como dos mecanismos de Regulamentação, de Financiamento e de Implementação das Políticas Públicas Habitacionais, integradas às demais políticas de desenvolvimento urbano como os programas de saneamento, de regularização fundiária, de urbanização e de mobilidade urbana.

Na abertura do evento, o diretor de execução e fiscalização de obras da Companhia de Habitação de Santa Catarina, Ernei Stahelin, ressaltou que a área habitacional exige altos investimentos e que os recursos são escassos. A estimativa é que o déficit habitacional no estado some mais de 100 mil moradias.

A representante da Federação Catarinense de Municípios - FECAM e da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, a assistente social Janice Merigo falou sobre a importância do evento como forma de buscar conhecimento, enfatizando o esforço dos municípios para efetivar a política de habitação e que a mesma seja usada em benefício de todos.

O Seminário foi uma parceria das entidades que compõem a Câmara Técnica de Habitação do Conselho Estadual das Cidades - Concidades/SC, que são a FECAM, Caixa Econômica Federal, Associações de Municípios, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Universidade Federal da Santa Catarina.

### CIGA

## Acordo entre CIGA e SERPRO visa melhorar tecnologia oferecida aos municípios

O Consórcio de Informática na Gestão Pública - CIGA e o Serviço Federal de Processo de Dados - SERPRO assinaram, no dia 06 de novembro, em Brasília, um Acordo de Cooperação Técnica para trocar conhecimentos em tecnologia da informação e desenvolver soluções técnicas e inovadoras em Gestão Pública Municipal, contribuindo assim para a melhoria da infraestrutura tecnológica dos serviços prestados pelas entidades.

“A troca de informações é benéfica não só para os municípios em Santa Catarina, mas para todo o Brasil. Pois o acordo visa a busca por soluções para atender as demandas da sociedade com a criação de ferramentas facilitando assim a vida de todos”, resalta o presidente do CIGA e prefeito de Herval d’Oeste, Nelson Guindani. O presidente reforça que este é um trabalho que inicia em Santa Catarina, mas pode ter desdobramento nacional, com aplicação dos resultados a municípios de outros estados brasileiros. “Além disso, o nosso modelo de operação consorciada

vai poder melhorar a gestão pública em todo o país”, complementa o diretor-geral do CIGA, Gilsoni Albino.

Segundo Guindani, o acordo pode trazer novos equipamentos e tecnologias aos municípios, permitindo maior economicidade por meio de produtos gratuitos como internet, por exemplo. “Nós precisamos aproveitar e captar todo o conhecimento em soluções tecnológicas

de uma instituição como o SERPRO. Os municípios têm dificuldade de contratar alta tecnologia. Temos um ganho inestimável com essa parceria”, completa.

A parceria já vinha sendo delineada desde maio deste ano, após a visita de representantes da entidade federal ao Consórcio catarinense. A partir daí iniciou-se o diálogo para um trabalho conjunto, com troca de informações e apoio mútuo. O SERPRO tem vasto know-how em ações e serviços de larga escala, em contrapartida, o CIGA tem uma experiência exitosa em atendimento individualizado com modelo de gestão consorciada. “É um modelo sustentável, economicamente viável e ainda tem todos os requisitos da administração pública”, explica o diretor do CIGA. Para Albino, o acordo representa grande oportunidade, pois vários dos serviços do CIGA poderiam estar alinhados, ou mesmo utilizarem plataformas já existentes no SERPRO visando ampliar a capacidade de operação e sistemas para os municípios.



# IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental reúne 350 participantes

Com a presença de 350 participantes, ocorreu no dia 17 de outubro, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC, o IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental. O evento foi uma promoção da Agência Reguladora

Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Federação Catarinense de Municípios - FECAM, ALESC, Associações de Municípios e realização da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, entidade coligada à FECAM.

O seminário teve como objetivo principal debater questões de interesse da sociedade e do poder público, principalmente dos municípios, relacionadas ao Meio Ambiente, saneamento básico, regulação, fiscalização e investimentos para a área. O presidente da ARIS e prefeito de Corupá, Luiz Carlos Tamanini, ressaltou que os municípios têm assumido uma série de competências que eram de responsabilidade da União e dos Estados. "Descentralização significa uma nova distribuição de direitos e deveres. Porém, os municípios estão arcando com as responsabilidades dos serviços, sem o devido repasse de recursos para sua execução", disse. Para Tamanini, os municípios precisam criar mecanismos de controle ambiental, instituir sistemas de abastecimento e serviços de limpeza urbana.



>> Cerca de 350 pessoas participaram do Seminário

## ■ Licenciamento Ambiental

Dos 295 municípios de Santa Catarina, 42 estão habilitados a realizar o licenciamento ambiental de impacto local e outros 56 têm convênio com a Fundação de Meio Ambiente do governo de Santa Catarina - Fatma. "Os demais municípios deverão se adequar escolhendo uma dessas formas", explicou o diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar da Serra Catarinense - CISAMA da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, Selênio Sartori, que coordenou o painel sobre o Meio Ambiente.

## ■ Novo Código Florestal

"Temos que avançar no controle ambiental", disse o procurador jurídico da FATMA, Alexandre Rates, que explanou sobre o Código Florestal em áreas urbanas consolidadas. Em relação ao novo código, disse que a legislação trouxe à tona muitas discussões e divergências técnicas e jurídicas. Porém hoje trata-se de uma lei moderna e tem "tudo o que se espera em termos de proteção das florestas, matas". "O município deve respeitar as normatizações federais, mas deve dispor do espaço que o compete". Conforme Rates, o Código Florestal se aplica tanto para as áreas urbanas, como para as rurais.

## ■ Troca de experiências

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS firmou protocolo de intenções com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES/PCJ. O objetivo é promover o intercâmbio de informações, troca de experiências para o desenvolvimento e execução de atividades relacionadas à fiscalização dos serviços de saneamento básico, com base na equidade mútua, benefício e na conjugação de esforços dentro dos limites legais. Assinaram o documento, o presidente da ARES e prefeito de Corumbataí/SP, Vicente Rigitano, o diretor-geral da entidade, Dalto Favero, e o diretor-geral da ARIS, Adir Faccio.

## ■ Planos Municipais de Saneamento

O Plano Municipal de Saneamento Básico já foi elaborado ou está em fase de finalização em 280 municípios de Santa Catarina. Apenas 15 ainda precisam agilizar o processo. O prazo se encerra em 31 de dezembro deste ano. O alerta foi feito pelo superintendente da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, em Santa Catarina, Adenor Piovesan. "Sem o Plano Municipal de Saneamento Básico, a partir de 2014, a prefeitura não poderá receber recursos federais para projetos de saneamento básico".



>> O superintendente da FUNASA, Adenor Piovesan, alertou para o prazo dos planos de saneamento

## ■ ENERGIA ELÉTRICA



Representando os municípios do estado, e a classe do poder público no CONCEL o presidente da FECAM e prefeito de Gaspar, Celso Zuchi acompanhou a solenidade de abertura do 3º Seminário de Conselho de Consumidores da CELESC, o 15º Fórum Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica e o 2º Encontro dos Conselhos de Consumidores da Região Sul, que ocorreram entre os dias 16 e 18 de outubro, em Florianópolis. Os eventos foram realizados de forma simultânea na FIESC, e reuniram cerca de 300 participantes, representantes das diversas classes de consumidores de energia elétrica do país: indústria, comércio, poder público, rural, cooperativas e residencial. O foco do evento foi a discussão sobre a relação entre consumidores e empresas.

## ■ FIESC E FECAM



Uma reunião de trabalho realizada no dia 24 de outubro, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, em Florianópolis, reforçou a aproximação das relações entre a entidade e a FECAM, "É importante estreitar as relações uma vez que os municípios têm objetivos comuns com a FIESC e as indústrias, ou seja, trabalhar pelo desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina", destacou o 1º vice-presidente da FECAM e prefeito de Taió, Hugo Lembeck, que representou o presidente Celso Zuchi.

Na oportunidade, os presidentes e representantes das Associações Microrregionais sugeriram que as

## ■ DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

O Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC alcançou a marca de 400 mil atos publicados na edição de 31 de outubro. Desde o primeiro número do diário eletrônico, em 5 de junho de 2008, já foram publicados 122.886 portarias, 84.403 contratos, 54.918 editais de licitação, entre outros atos. Atualmente, 117 municípios têm o DOM/SC como veículo oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos. Nesses cinco anos de existência do Diário, os municípios que mais publicaram atos foram Fraiburgo (23.008) e Videira (22.522). Já o município de Palhoça (6.185) foi o que mais atos publicou no ano de 2013.

Além de municípios, o DOM/SC traz publicações da FECAM, da ARIS, da EGEM, do próprio CIGA e de outros consórcios intermunicipais. Uma vez que o município ingressa no CIGA e institui o DOM como veículo oficial de publicação legal, o Diário também fica disponível para outros órgãos municipais, como Câmara de Vereadores e fundações.

Acesse:

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## ■ SEMINÁRIO PRIORIDADE ABSOLUTA: UM MUNICÍPIO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Favorecer a aproximação dos municípios da Região Sul, propiciar o diálogo direto com a equipe do Programa Prefeito Amigo da Criança, possibilitar a troca de experiências e a disseminação de conhecimentos em prol da construção e consolidação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência. Com este objetivo foi realizado nos dias 17 e 18 de outubro, em Florianópolis, o Seminário Prioridade Absoluta: Um município para Crianças e Adolescentes. Promovido pela Fundação Abrinq "Save the Children", o evento contou com a parceria da FECAM.

O Programa Prefeito Amigo da Criança visa a mobilizar e apoiar tecnicamente os municípios na implementação de ações e políticas que resultem em avanços na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, fortalecendo os mecanismos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Atualmente 207 municípios na Região Sul estão participando desta 5ª edição do Programa Prefeito Amigo da Criança que corresponde à Gestão Municipal 2013-2016, sendo 70 no Paraná, 72 no Rio Grande do Sul e 65 em Santa Catarina. O presidente da FECAM, Celso Zuchi, solicitou e conclamou a todos os prefeitos do estado de Santa Catarina para que façam adesão ao programa.

## ■ AGENDA DE CURSOS EGEM

### DEZEMBRO

1º Workshop sobre a utilização de sensoriamento remoto no planejamento e controle urbano das cidades  
**Blumenau** - 03 de dezembro

Capacitação sobre os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS  
**Jaraguá do Sul** - 04 e 05 de dezembro